

A CANNABIS MEDICINAL NO BRASIL: ASPECTOS JURÍDICOS

“MEDICAL CANNABIS IN BRAZIL: LEGAL ASPECTS”

Vinicius Hsu Cleto¹

Manoel Cruz da Silva²

Resumo: A *cannabis*, polêmica por ser insumo de droga ilícita no Brasil, revelou-se possibilidade clínica e terapêutica ao longo dos anos. O confronto entre legislação penal e possibilidades científicas prontamente se manifestou e determinou inovações legislativas, especialmente por parte da Agência Reguladora de Vigilância Sanitária (ANVISA). O artigo tem por escopo apresentar o quadro normativo sobre o uso da *cannabis sativa* no Brasil, apreciados aspectos sobre constitucionalidade, conveniência e oportunidade.

Palavras-Chave: Maconha medicinal; Direito Médico; ANVISA.

Abstract: *Cannabis*, controversial for being a raw material for illicit drugs in Brazil, has revealed itself as a clinical and therapeutic possibility over the years. The clash between criminal legislation and scientific possibilities promptly emerged and determined legislative innovations, especially on the part of the Regulatory Agency for Health Surveillance (ANVISA). This article aims to present the normative framework regarding the use of *cannabis sativa* in Brazil, considering aspects of constitutionality, convenience, and opportunity.

Keywords: *Medical cannabis; Medical Law; ANVISA.*

Sumário. 1- Introdução. 2- O que é a *Cannabis*. 2.1- Usos da *Cannabis*. 2.2- Uso recreativo da *Cannabis* no mundo. 3. A *Cannabis* e o Direito Brasileiro. 3.1- Maconha e aspectos penais. 3.2- Maconha e aspectos de Direito Médico. 3.3- Maconha e Aspectos de Direito Empresarial. 4- Conclusão. 5- Referências bibliográficas.

Summary. *Summary. 1- Introduction. 2- What is Cannabis. 2.1- Uses of Cannabis. 2.2- Recreational use of Cannabis worldwide. 3. Cannabis and Brazilian Law. 3.1- Marijuana and criminal aspects. 3.2- Marijuana and aspects of Medical Law. 3.3- Marijuana and aspects of Commercial Law. 4- Conclusion. 5- Bibliographical References.*

¹ Mestre em Direito pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). Advogado. E-mail: viniciushsu@gmail.com

² Graduando em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP-PR). E-mail: u300046@fesppr.edu.br

1- Introdução

As plantas do gênero *Cannabis*, herbáceas famosas por serem insumo para o consumo recreativo como entorpecente, apresentam espectro de uso humano bastante maior. Há registros de dois mil anos em que chineses relatam efeitos terapêuticos³. Igualmente, há registros culinários e religiosos.

Entretanto, o fumo da droga derivada da *Cannabis sativa* marginalizou empregos diferentes para os canabinóides, substâncias químicas encontradas na planta. Dados do *World Drug Report 2022* da Organização das Nações Unidas indicam que a maconha recreativa é uma das drogas mais consumidas do mundo, com 209 milhões de usuários em 2020. A título de exemplo, outras drogas usualmente ilícitas atingem cifras bem inferiores de usuários – a anfetamina teve 34 milhões de usuários estimados naquele ano, ao passo que a cocaína teve 21 milhões e o *ecstasy* teve 20 milhões⁴.

Por conta do potencial lesivo da droga recreativa, a qual é associada a aumentos de distúrbios psiquiátricos, hospitalizações e suicídios⁵, há criminalização do tráfico, do porte e eventualmente até do consumo. No caso brasileiro, o Capítulo II da Lei 11.343 de 2006, especialmente o art. 33, criminaliza:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

3 HONÓRIO, Káthia Maria *et al.* Aspectos Terapêuticos de Compostos da Planta *Cannabis Sativa*. São Paulo: **Quim. Nova**, Vol. 29, No. 2, p. 318, 2006.

4 UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. v. 2. Vienna: 2022. p. 13.

5 *Ibidem*, p. 5. Cf. “Some 40 per cent of countries reported *cannabis* as the drug related to the greatest number of drug use disorders”.

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III – utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

IV – vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Para efeitos deste artigo, destacam-se os incisos que criminalizam a semeadura, o cultivo e a colheita de matéria-prima para a preparação de drogas. A ausência de autorização ou de obediência à determinação legal na prática dos atos configuraria, em tese, pena severa para os parâmetros do Direito Penal brasileiro.

Como a *Cannabis* tem usos mais amplos, questiona-se como o Direito brasileiro lida com o cultivo, o manuseio, a importação e a exportação da matéria-prima, cuja finalidade é dual: presta-se tanto a práticas criminalmente ilícitas quanto a atividades mezinhas ou científicas.

Este artigo pretende apresentar, com base na análise do ordenamento jurídico contemporâneo, o quadro normativo brasileiro sobre a *Cannabis*. Analisam-se os diplomas

regentes, as interpretações mais aceitas e, à guisa de conclusão, apresenta-se prospecto. O método é levantamento bibliográfico qualitativo.

2- O que é a *Cannabis*

O gênero *Cannabis* contempla subespécies de angiospermas, dentre as quais a *Cannabis sativa*, a *Cannabis indica* e a *Cannabis ruderalis*. Há diferenças botânicas sujeitas a debate, mas não há dúvidas quanto à presença de elementos químicos hábeis a servir como componentes de drogas recreativas, medicamentos e ingredientes culinários. Enfatiza-se o tetrahidrocanabinol (THC), psicoativo mais famoso para lazer e para fins medicinais (“*The pharmacology and therapeutic efficacy of cannabis preparations and its main active constituent Δ^9 -tetrahydrocannabinol (Δ^9 -THC) have been extensively reviewed*”)⁶.

O cultivo da planta pode ocorrer em ambientes internos ou externos. O plantio interno, respeitadas condições ambientais, pode oferecer três ou quatro safras anuais⁷. Embora já propagada pelo mundo, a *Cannabis* teve origem na Ásia Central, com ramificações de Xingjiang até o Paquistão⁸.

Hodiernamente, o cultivo já se faz presente nos cinco continentes mais populosos, a saber, América, Europa, África, Ásia e Oceania.

2.1-Usos da *Cannabis*

A literatura científica que se debruçou sobre o *Cannabis* é responsável pela complexidade da resposta legislativa que regula este gênero de plantas.

O THC, canabinoide dominante, afeta negativamente a memória de curto prazo, altera o senso de tempo e espaço e ocasiona sonolência⁹, para além dos efeitos negativos relacionados a atendimentos psiquiátrico-hospitalares relatados no começo deste artigo. A contrapartida que estimula o consumo recreativo do THC se consubstancia em euforia,

6 THOMAS, Brian F.; ELSOHL, Mahmoud A. **The Analytical Chemistry of Cannabis: Quality Assessment, Assurance, and Regulation of Medicinal Marijuana and Cannabinoid Preparations**. Amsterdam: Elsevier, 2016. p. 1.

7 *Ibidem*, p. 9.

8 ROYAL BOTANIC GARDENS. **Cannabis sativa L.** Disponível em: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:306087-2>. Último acesso em 10.7.2023.

9 BALICK, Michael; DAHMER, Stephen. Cannabis Ethnomedicine. In: LEVINE, Joanne. **Understanding Medical Cannabis – Critical Issues and Perspectives for Human Service Professionals**. New York: Routledge. p. 17.

ampliação da criatividade, da empatia e do apetite sexual¹⁰. Por conta das possíveis consequências negativas à saúde, governos no mundo optaram pela proibição do consumo recreativo da *Cannabis*, tal como o governo brasileiro, conforme estudado adiante.

Contudo, há evidência sobre propriedades terapêuticas da *Cannabis*. Medicamentos derivados da *Cannabis* foram e são empregados para tratamento de náusea e vômito associado à quimioterapia contra câncer; dores; anorexia; epilepsia; glaucoma; asma; transtornos de humor; hipertensão e espasticidade muscular¹¹. As conclusões são, por vezes, anedóticas, mas revelam potencial clínico a ser explorado. Inclusive, literatura específica investiga propriedades terapêuticas contra o câncer (“*Endocannabinoid physiology is more complex and promiscuous than originally thought. Ongoing research is providing new clues on the various downstream effects of their metabolites and their possible role in cancer therapy*”)¹².

Por conta da diversidade de usos possíveis, é natural que o marco normativo da sementeira, cultivo, importação e exportação de *Cannabis sativa* não se resuma às leis penais, ainda que ressalvado o potencial lesivo à saúde derivado do consumo recreativo de *marijuana*.

2.2- Uso Recreativo da *Cannabis* no Mundo

O uso recreativo da maconha explica a expansão do cultivo da planta, que ocorre cada vez mais em ambientes fechados do que abertos. Dados do livro *World Drug Report 2022* (“Drug Market Trends – Cannabis/Opioids”) revelam que mais de quatro por cento da população global entre quinze e sessenta e quatro anos de idade fazem uso de *Cannabis* recreativa¹³. Os números vêm aumentando.

A crença de que o potencial lesivo à saúde não justifica a proibição do consumo fez com que Estados mundo afora legalizassem o uso não medicinal da *Cannabis*. O supracitado documento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime registrou, com base em janeiro de 2022, legalização do consumo não médico no Canadá, Uruguai e vinte e um estados dos EUA. Há aceitação social de associações e *coffee shops* que transacionam maconha recreativa na Espanha, na Bélgica e nos Países Baixos¹⁴ – sendo este último caso

10 Idem.

11 BRITISH MEDICAL ASSOCIATION. **Therapeutic Uses of Cannabis**. Boca Raton: CRC Press, 1997.

12 CYR, Claude *et al.* **Cannabis and Cannabinoid-Based Medicines in Cancer Care: A Comprehensive Guide to Medical Management**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2022. p. 43.

13 UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. v. 3. Vienna: 2022. p. 16.

14 Ibidem, pp. 26-27.

quicá o mais famoso.

Entretanto, aponta-se que há, como esperado, diferenças normativas quanto à legalidade do cultivo, da posse, da comercialização e da venda. Os Países Baixos, exemplo de tolerância sobre o consumo recreativo da maconha desde a década de 1970, não permite a posse, venda e produção de *Cannabis*, apenas excepcionada a proibição, em pequenas quantidades, nos *coffee shops*¹⁵.

3- A *Cannabis* e o Direito Brasileiro

Como a literatura médica dos anos 1990 passou a considerar potenciais clínicos dos canabinoides, o Direito Brasileiro experimentou mudanças nos marcos normativos, seja por conta de atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), seja pela atuação inovadora do Judiciário, cujo potencial criativo é revelado em precedentes.

Esta seção se presta a analisar os três principais marcos normativos sobre a *Cannabis* no Brasil: i) seara penal; ii) seara médico-legal; iii) seara empresarial.

3.1- Maconha e Aspectos Penais

A ilicitude da fabricação, posse, comércio, transporte ou doação de determinada droga depende de lei ou de regulamentação do Poder Executivo da União (“Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União”) conforme art. 1º, parágrafo único, Lei 11.343 de 2006. São tipos penais classificados como “normas penais em branco”, “cegas” ou “abertas”¹⁶.

Veja-se redação da ANVISA¹⁷:

As listas de substâncias controladas editadas pela Anvisa foram atualizadas dez vezes entre os anos de 2017 e 2018, o que significou a inclusão de 37 novas substâncias nessa lista. Deste total, 30 são novas substâncias psicoativas (NSPs), produtos criados para burlar as listas

15 Idem.

16 MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. **Lei de Drogas: Aspectos Penais e Processuais Penais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. pp. 25-45.

17 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Relatório: Novas Drogas Proibidas e Controladas**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/owCSZ>. Último acesso em 11.07.2023.

internacionais de controle de drogas. Outras duas são precursores de entorpecentes e cinco são medicamentos novos registrados na Anvisa, ou seja, com fins terapêuticos aprovados no Brasil.

De acordo com a gerente geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária, Fernanda Rebelo, o surgimento de novas substâncias ocorre numa velocidade muito maior, o que exige do poder público novas formas de ação.

(...)

As NSPs não são controladas pelas convenções internacionais e são desenhadas para fugir do controle dos países. Elas apresentam efeitos similares aos de outras drogas já conhecidas, como maconha (*Cannabis sp.*), cocaína, heroína, LSD, MDMA (ecstasy) e metanfetamina.

Justifica-se, pois, o conceito de “droga ilícita” por intermédio de atos administrativos por conta das recorrentes inovações nos produtos capazes de causar dependência. A ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, atualiza periodicamente a Lista de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial. A Resolução – RDC 784, de 31 de março de 2023 inaugura a Lista de Plantas Proscritas que Podem Originar Substâncias Entorpecentes e/ou Psicotrópicas com o item 1, *Cannabis sativa L.*

Portanto, não obedecidas condicionantes que serão abordadas na sequência, o manuseio – em sentido amplo – da *Cannabis* é potencial ofensa ao art. 33, *caput* c/c art. 33, §1º, Lei 11.343 de 2006, já apresentados.

Não obstante o exposto, o Brasil criou regime diferenciado para o portador de drogas para uso pessoal. Há que se clarificar que o porte é ilícito – mesmo que para consumo individual –, do contrário, não haveria consequências reguladas em lei pela conduta, conquanto sejam bastante menos rigorosas. O art. 28 da Lei 11.343 de 2006 é o dispositivo essencial:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I – advertência sobre os efeitos das drogas;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

I – admoestação verbal;

II – multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Há debate sobre a natureza criminal das consequências sancionatórias apresentadas no art. 28 supramencionado; todavia, o caráter ilícito ou infracional do consumo individual é ponto mais pacificado. Aguarda-se posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tópico. Por ora, a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal é apoiada por Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso (RE 635659)¹⁸. De toda sorte, aplica-se o Princípio da Insignificância até mesmo nos casos enquadrados no art. 28, desde que haja mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação e reduzido grau de reprovabilidade¹⁹.

Por fim, destaca-se posicionamento do STF sobre porte das sementes de *Cannabis sativa*.

A Segunda Turma, por maioria, concedeu a ordem de habeas corpus para restabelecer decisão do Juízo de primeiro grau que, em razão da ausência de justa causa, rejeitou a denúncia e determinou o trancamento de ação penal proposta contra réu acusado de importar, pela internet, 26 sementes de maconha. O Superior Tribunal de Justiça manteve o entendimento do Tribunal Regional Federal que reformou a decisão do juízo a quo e determinou o recebimento da denúncia para que o paciente respondesse pelo crime de tráfico internacional de drogas (Lei 11.343/2006, art. 33, § 1º, I, c.c. o art. 40, I). A Turma entendeu que a matéria-prima ou insumo deve ter condições e qualidades químicas que permitam, mediante transformação ou adição, por exemplo, a produção da droga ilícita. Não é esse o caso

18 AGÊNCIA BRASIL. **STF**: Saiba como Está a Discussão sobre Porte de Droga para Uso Pessoal. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nAUX0>. Último acesso em 11.07.2023.
19 HC 110.475/SC, rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, j. 14.02.2012

das sementes da planta cannabis sativa, as quais não possuem a substância psicoativa THC” (HC 144.161/ SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, j. 11.09.2018, noticiado no Informativo 915).

Dessarte, o STF entende que a semente deve, por si, apresentar propriedades que permitam a conversão em droga ilícita. Do contrário, não se fala em tipo penal.

3.2- Maconha e Aspectos de Direito Médico

Apesar das controvérsias penais mencionadas, a mais ampla zona cinzenta do Direito Brasileiro sobre a *Cannabis* está no emprego para fins medicinais. A disciplina, emergente, depende mormente das resoluções e demais atos administrativos normativos da ANVISA.

Acredita-se que, a esta altura do debate doutrinário, não há mais dúvidas sobre o caráter inovador dos atos administrativos abstratos e genéricos das agências reguladoras – tanto que o STF aceita o controle concentrado de constitucionalidade deles²⁰. Por essa razão, afirma-se que, no Brasil, a *Cannabis* medicinal e parte substantiva do Direito Médico são decorrência de atividade legiferante autárquica, mais flexível, sim, mas igualmente mais passível de sofrer modificações abruptas.

Atente-se à Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 327 de 2019 da ANVISA, cujo escopo é definir as condições de fabricação, importação, comercialização, prescrição e fiscalização de produtos de *Cannabis* para fins medicinais. Exige-se que o produto contenha percentual máximo de THC (art. 4º); exige-se Autorização Sanitária para fabricação e importação de produtos de *Cannabis* por parte da Anvisa (art. 7º-8º), cuja validade é de 5 (cinco anos); o uso farmacêutico deve ser destinado a seres humanos (art. 10, §1º); a prescrição dos medicamentos, como habitual, compete a médicos legalmente habilitados nos conselhos profissionais de Medicina (art. 13). O Anexo I da RDC apresenta formulário-padrão para pedido de Autorização Sanitária.

Resoluções posteriores embasadas na RDC 327/2019 aprovaram medicamentos derivados da *Cannabis*: ilustrativamente, a Resolução RE 1.492, de 6 de maio de 2022 autorizou o Extrato de *Cannabis sativa* Greencare 160,32 mg/mL e a Resolução RE 1.513, de 11 de maio de 2022, autorizou Extrato de *Cannabis sativa* Mantecorp Farmasa 160,32 mg/mL

20 Ilustre-se com a ADI 5547/DF, julgada em 22.9.2020, a qual prevê que resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) são passíveis de julgamento em sede de controle concentrado de constitucionalidade. A comparação com as resoluções da ANVISA foi ventilada.

Extrato de *Cannabis sativa* Mantecorp Farmasa 79,14 mg/mL. Por fim, registra-se como marco de relevo a regulação para que pessoas físicas pudessem importar produtos derivados de *Cannabis* para tratamento de saúde, nos termos da RDC 660 de 2022.

Patente, portanto, que há progressiva liberalização do acesso à *Cannabis* para fins medicamentosos. Não suficiente a atuação autárquica, o Judiciário brasileiro também aponta para a liberalização do emprego de *Cannabis* para fins terapêuticos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu liminares, em 2023, para que pacientes pudessem cultivar *Cannabis* com fins medicinais, proscrita, entretanto, a doação, comercialização ou qualquer tipo de transferência a terceiros²¹.

3.3- Maconha e Aspectos de Direito Empresarial

Com base no que foi apresentado acima, perquire-se o limite da liberdade de empresariar objetos envolvendo a *Cannabis*.

A RDC 327 de 2019 explicita que a fabricação e importação de insumos para fins medicinais não contempla cosméticos, fumígenos, alimentos ou droga vegetal, mesmo após processo de estabilização e secagem, triturada ou pulverizada (art. 10, §§1º-6º, RDC 327 de 2019).

A empresa interessada na fabricação e na importação deve, outrossim, obedecer aos requisitos do art. 21, RDC 327/2019, que contempla, entre outros requisitos, a necessidade de haver Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela própria ANVISA, Autorização Especial (AE) e Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos (CBPF).

A RDC, contudo, não foi suficiente para espancar litígios, os quais se proliferaram. Em março de 2023, o STJ suspendeu ações sobre autorização sanitária para casos de insumos que geram altos índices de canabidiol, apesar do baixo THC. O caso é processado nos autos IAC no REsp 2.024.250-PR (2022/0210283-1), cujos trechos destacáveis são:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA – IAC. DIREITO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA PARA IMPORTAÇÃO E CULTIVO DE VARIEDADE

21 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Ministros do STJ concedem salvo-condutos para o cultivo de cannabis com fins medicinais**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BJLN3>. Último acesso em 12.07.2023.

DE CANNABIS COM BAIXO TEOR DE TETRAHIDROCANABINOL (THC) E ALTA CONCENTRAÇÃO DA CANABIDIOL (CBD) E DEMAIS CANABINOIDES PARA USOS MEDICINAIS, FARMECÊUTICOS OU INDUSTRIAIS. 1. Delimitação da questão de direito controvertida: definir a possibilidade de concessão de Autorização Sanitária para importação e cultivo de variedades de Cannabis que, embora produzam Tetrahydrocannabinol (THC) em baixas concentrações, geram altos índices de Canabidiol (CBD) ou de outros Canabinoides, e podem ser utilizadas para a produção de medicamentos e demais subprodutos para usos exclusivamente medicinais, farmacêuticos ou industriais, à luz da Lei n. 11.343/2006, da Convenção Única sobre Entorpecentes (Decreto n. 54.216/1964), da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (Decreto n. 79.388/1977) e da Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Decreto n. 154/1991). 2. Determinada a suspensão da tramitação dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional. 3. Incidente de Assunção de Competência admitido.

(...)

Trata-se de Recurso Especial interposto por DNA SOLUÇÕES EM BIOTECNOLOGIA – EIRELI contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 998e):

ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DE ESPÉCIE DA CANNABIS SATIVA. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO.

1. A ampla autorização para importação de sementes, plantio, comercialização e exploração industrial da *Cannabis sativa*, ainda que somente uma de suas espécies e para fins exclusivamente industriais e farmacêuticos, é matéria de natureza eminentemente política, que depende de deliberações dos Poderes Legislativo e Executivo, não cabendo ao Poder Judiciário intervir nessa seara, para atender ao

interesse de uma ou outra empresa.

2. A pretensão sub judice – que envolve a exploração econômica da substância em escala industrial (não artesanal) e a implementação de mecanismos de controle de produção e de destinação muito mais complexos – não se assemelha àqueles casos em que é permitida, pontualmente, a importação de medicamentos à base de CBD e THC e/ou o cultivo da planta, para fins de elaboração de um específico fármaco para pacientes nominalmente identificados. E, mesmo nesses casos, a atuação judicial deve se pautar pelo princípio da intervenção subsidiária e excepcional (ou mínima) sobre as atividades econômicas sujeitas à regulamentação estatal.

Como se nota, o Tribunal Regional da 4ª Região questiona a possibilidade de produção em escala fabril, o que considera inadequado. Caberá ao STJ pacificar o tópico, sob a luz das resoluções da ANVISA, à falta de legislação congressional sobre o tópico (cf. PL 399/2015 e substitutivos).

4- Conclusão

Conclua-se o artigo desde o ponto de vista prospectivo. Usualmente, o exercício da clarividência mancha a reputação do profeta, quando não descoloriza a cientificidade e objetividade da redação.

Contudo, é de pouca valia destacar que derivados da *Cannabis sativa* têm manuseio e consumo ilegal no Brasil; que apenas excepcionalmente – nos termos da ANVISA e do Poder Judiciário – se permite importação e fabricação; que existe polêmica judicial sobre o caráter criminal da posse para o uso recreativo; que se questiona a importação de insumos para produção em escala industrial; que existe polêmica médica sobre as consequências para a saúde pelo consumo reiterado da *Cannabis sativa*. Satisfaz-se a pretensão inicial do artigo, mas oferece-se pouco do ponto de vista doutrinário.

Para além disso, declara-se que o atual estado de coisas aponta para a legalização generalizada do cultivo, fabricação e modos de uso da maconha. Haverá regulação estatal – espera-se – mas a *Cannabis* terá regime normativo muito similar ao tabaco e ao álcool. Em outras palavras, ainda que se reconheçam efeitos deletérios decorrentes do consumo

recreativo, haverá tão somente esforços estatais para evitar o vício infanto-juvenil e para conscientizar a população adulta. Quanto a aspectos farmacêuticos, haverá difusão de empresas especializadas na produção de *Cannabis* com diferentes teores de canabidiol e de THC, a depender da destinação esperada. Essas empresas adentrarão mercados diversificados, atendidas demandas culinárias, médicas e cosméticas. A decorrência lógica e natural é a supressão da *Cannabis sativa* de portaria regulatória da ANVISA que reprime entorpecentes causadores de dependência.

O Judiciário aponta para a conclusão acima: as liminares que permitem cultivo para consumo individual (STJ) e o posicionamento de ministros do STF sobre o porte de maconha para uso pessoal são o prenúncio, independentemente de maior ou menor colaboração por parte do Congresso Nacional. A abertura normativa da ANVISA – desde pelo menos 2015 até os dias atuais – também demonstra que obstáculos técnicos não serão impeditivo relevante. Não suficiente, a aceitação da “Marcha da Maconha” na ADPF 187/DF, pelo STF, denota aceitação jurisprudencial inexistente para outras manifestações ideológicas consideradas repulsivas, como os “discursos de ódio” (cf. Caso Ellwanger, 2003).

Daí que se conclui pela futura legalização e regulação da *Cannabis*, cujos efeitos positivos e deletérios serão regulados por atos normativos e julgados cambiantes.

5- Referências

AGÊNCIA BRASIL. **STF**: Saiba como Está a Discussão sobre Porte de Droga para Uso Pessoal. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nAUX0>. Último acesso em 11.07.2023.

BALICK, Michael; DAHMER, Stephen. Cannabis Ethnomedicine. In: LEVINE, Joanne. **Understanding Medical Cannabis – Critical Issues and Perspectives for Human Service Professionals**. New York: Routledge, 2021. pp. 9-37.

BRITISH MEDICAL ASSOCIATION. **Therapeutic Uses of Cannabis**. Boca Raton: CRC Press, 1997.

CYR, Claude *et al.* **Cannabis and Cannabinoid-Based Medicines in Cancer Care: A Comprehensive Guide to Medical Management**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2022.

HONÓRIO, Kátia Maria *et al.* Aspectos Terapêuticos de Compostos da Planta *Cannabis sativa*. São Paulo: **Quim. Nova**, Vol. 29, No. 2, 318-325, 2006.

MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. **Lei de Drogas: Aspectos Penais e Processuais Penais**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROYAL BOTANIC GARDENS. **Cannabis sativa L.** Disponível em: <https://powo.science.kew.org/taxon/urn:lsid:ipni.org:names:306087-2>. Último acesso em 10.7.2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Ministros do STJ concedem salvo-condutos para o cultivo de cannabis com fins medicinais.** Disponível em: <https://encurtador.com.br/BJLN3>. Último acesso em 12.07.2023.

THOMAS, Brian F.; ELSOHLY, Mahmoud A. **The Analytical Chemistry of Cannabis: Quality Assessment, Assurance, and Regulation of Medicinal Marijuana and Cannabinoid Preparations**. Amsterdam: Elsevier, 2016.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. v. 2. Vienna: 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. v. 3. Vienna: 2022.